

# Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

## CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS

Atividade Extensionista

### RELATÓRIO FINAL (2024.2)

<b>CURSO:</b> GRADUAÇÃO EM DIREITO / DIREITO FINANCEIRO / CAMPUS DE ÁGUAS CLARAS / TURNO: NOTURNO
<b>TÍTULO DO PROJETO/AÇÃO:</b> SALÁRIO MATERNIDADE – HISTÓRICO, CONCEITO E REQUISITOS, CUSTEIO E EFETIVAÇÃO.
<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO:</b> <b>Data Início:</b> 08/2024 <b>Data Término:</b> 12/2024

<b>EQUIPE:</b>		
<b>Nome completo</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Curso</b>
<b>Bruna Fernanda de Lima Ferreira</b>	<b>2213180000037</b>	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
<b>Bruno da Silva Martins</b>	<b>2123180000110</b>	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
<b>Giovanni Cruz de Souza</b>	<b>241318000013</b>	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
<b>Juliana Porto Santos</b>	<b>2310010000078</b>	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
<b>Lígia Marieta Barcelar Ribeiro</b>	<b>2413180000185</b>	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
<b>Marco Antônio Arêdes Burmann</b>	<b>2413180000192</b>	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
<b>Mateus de Freitas Rodrigues</b>	<b>2313180000032</b>	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
<b>Nícolas Rodrigues do Nascimento</b>	<b>2220010000105</b>	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)

## Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

<b>Pedro Gomes Ferreira</b>	<b>231318000026</b>	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)
<b>Susie Márcia Telles de Oliveira</b>	<b>231318000043</b>	Direito Financeiro (Direito / Águas Claras / Noturno)

**PROFESSOR ARTICULADOR / ORIENTADOR:**

Professora Luiza Cristina de Castro Faria.

**INSTITUIÇÃO PARCEIRA:**

CENTCOOP – Central das Cooperativas de Trabalho de Materiais Recicláveis do DF

**PÚBLICO-ALVO:**

Gestantes: trabalhadoras empregadas com carteira assinada ou avulsas, contribuintes individuais e facultativas; asseguradas do INSS.

**RESUMO:**

Os projetos de extensão universitária buscam criar um vínculo entre a instituição de ensino superior e a sociedade na qual ela está inserida, de modo a possibilitar a propagação de conhecimentos adquiridos na formação acadêmica. Tornam-se, desse modo, um ambiente que possibilita vivências entre instituição e as reais necessidades dos indivíduos.

O presente projeto extensionista objetivou analisar o direito ao salário-maternidade no contexto da legislação trabalhista, abordando os desafios e aspectos legais que envolvem o benefício. Além disso, buscou promover a educação e conscientização da sociedade sobre os direitos das trabalhadoras no período da maternidade, esclarecendo os requisitos legais para a concessão do benefício e os direitos envolvidos para garantir uma licença que respeite a saúde e o bem-estar das mães e filhos.

**RESULTADOS ALCANÇADOS:**

Foi realizada uma apresentação, juntamente com a entrega de panfletos sobre o salário-maternidade, com o objetivo de informar e esclarecer as mulheres, de um modo geral, tanto as que pensam em engravidar, bem como grávidas e mães adotivas, sobre seus direitos e benefícios durante o período de afastamento do trabalho. A ação buscou promover a conscientização tanto de jovens quanto de adultos sobre a importância desse benefício para a garantia de uma licença remunerada durante a maternidade.

Para as jovens, o foco foi esclarecer como funciona o processo de solicitação do salário-maternidade, os requisitos legais e os impactos positivos dessa medida na saúde física e mental da mãe e da criança. O material também procurou ressaltar a importância do apoio social e familiar nesse período tão delicado, além de enfatizar a relevância do planejamento para a adequação à nova rotina.

## Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Para os adultos, a entrega teve como objetivo reforçar os direitos das mulheres que estão prestes a se tornar mães, destacando a necessidade de informar-se adequadamente sobre o benefício, a fim de evitar qualquer tipo de desinformação. Também foram abordadas questões relacionadas ao impacto que o salário-maternidade pode ter na vida profissional e pessoal da mulher, assim como a importância de um equilíbrio entre as responsabilidades familiares e as profissionais.

De forma geral, a ação buscou contribuir para a construção de uma sociedade mais consciente sobre a importância do salário-maternidade, promovendo a igualdade de direitos e a valorização da maternidade no contexto laboral.

### **QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS:**

Cerca de 15 beneficiários, por meio da entrega de panfletos e apresentação com o uso de slides.

### **OBSERVAÇÕES:**

O direito ao salário-maternidade é um benefício fundamental para as gestantes, e a compreensão de suas regras e direitos é essencial para garantir a proteção da mãe e da criança durante o período pós-parto. Esse direito envolve não apenas aspectos legais, mas também questões culturais e educacionais, que precisam ser abordadas de forma integral para que as mulheres saibam como acessar e usufruir do benefício.

O salário-maternidade assegura à mulher um período de afastamento remunerado do trabalho, permitindo-lhe cuidar de seu filho nos primeiros meses de vida. Esse direito é fundamental para garantir o bem-estar da mãe e da criança, além de contribuir para a equidade de gênero no ambiente de trabalho. A conscientização sobre como funciona o salário-maternidade, quem tem direito a ele e quais os passos necessários para solicitação, é crucial para que as mulheres não percam esse benefício, muitas vezes devido a desinformação.

É importante destacar que, apesar de avanços legislativos, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil, que assegura o salário-maternidade, ainda existem muitos desafios quanto ao seu pleno cumprimento, especialmente em contextos informais de trabalho. Muitas mulheres ainda não têm conhecimento adequado sobre como e onde solicitar esse benefício, o que pode resultar em transtornos e até no não recebimento do valor devido. Assim, a educação sobre o salário-maternidade e a fiscalização mais rigorosa das leis trabalhistas são essenciais para garantir que esse direito seja efetivamente garantido e usufruído por todas as gestantes.

# Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

---

Professor(a) articulador(a)

---

Coordenador(a) de Extensão

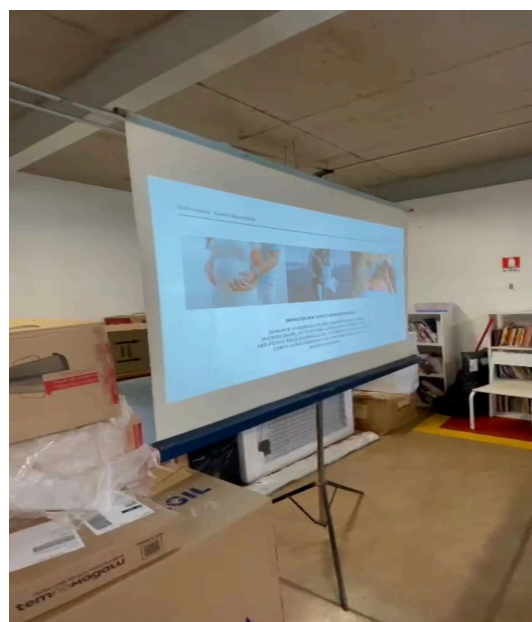
---

Coordenador(a) de Curso

# Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

## ANEXOS FOTOGRÁFICOS:



# Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022





# **Centro Universitário Processus**

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022